

O impacto do salário mínimo sobre o desemprego: revisão de literatura e evidências empíricas

Kézia de Lucas Bondezan/UEM
Luiz Guilherme Scorzafave/USP-RP

RESUMO

Considerando a importância que o salário mínimo tem sobre o mercado de trabalho, o artigo apresenta uma revisão de literatura das principais teorias que abordam a temática salário mínimo e desemprego. Os modelos apresentados são: Estruturalista Marxista, Modelo Competitivo com força de trabalho homogênea de um e dois setores, Modelo Competitivo com força de trabalho heterogênea e Modelos não competitivos. Dada a hipótese de cada um desses modelos é possível observar que o aumento do salário mínimo trará impactos diferentes sobre o mercado de trabalho. O artigo também apresenta trabalhos empíricos que tratam o assunto. Com base em pesquisas internacionais e nacionais, observa-se que em alguns casos o aumento do salário mínimo tem impacto negativo sobre a taxa de desemprego, porém nem sempre isso ocorre, havendo então espaço para discussão das diversas teorias apresentadas.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Desemprego, Salário Mínimo.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do salário mínimo sempre foi elemento importante dentro da economia e vem despertando nos últimos anos, atenção especial de estudiosos da economia brasileira e também do mundo. De acordo com diversos estudos realizados, têm-se observado que o salário mínimo potencialmente possui vários efeitos sobre o mercado de trabalho e, conseqüentemente, sobre a economia em geral, pois afeta o custo da mão-de-obra, os lucros das empresas, o nível de preços (inflação) etc.

Assim, em diversas ocasiões aumentos do salário mínimo têm sido usados para justificar o aumento da informalidade, já que muitas empresas alegam que os elevados custos trabalhistas tornam inviável a manutenção de empregados no setor formal do mercado de trabalho.

Além da importância do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, é importante destacar seu papel sobre a seguridade social, no caso brasileiro em que a vinculação dos benefícios ao salário mínimo é grande. Assim, este duplo papel do salário mínimo é, muitas vezes, a causa da dificuldade para o seu crescimento (SABOIA, 2005).

O impacto do salário mínimo sobre o mercado de trabalho é, entretanto, alvo de controvérsias. Se, por um lado, há os *modelos competitivos* que apontam uma relação inversa entre o nível de emprego do setor formal e o valor do salário mínimo, há, de outro, os *modelos não competitivos*. Nestes, as firmas podem determinar o preço do fator trabalho e como resultado o impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego pode ser nulo ou até positivo (FOGUEL, 1997).

No Brasil, há ainda poucos trabalhos que relacionam as duas variáveis, ou seja, salário mínimo e emprego. Sendo assim, os resultados obtidos são pouco conclusivos, necessitando que outras pesquisas sejam realizadas a fim de tornar mais elucidativa a questão.

Já na literatura internacional, o tema está mais disseminado, porém não livre de controvérsias. Nos artigos e trabalhos aqui resenhados, é possível constatar que não há um denominador comum a respeito do assunto. Assim, há trabalhos que mostram uma relação nula e até positiva entre salário mínimo e nível de emprego, e outros que chegam a resultados totalmente opostos.

Como tentativa de contribuir para o debate acerca desta questão, o objetivo deste artigo é apresentar ainda que de forma panorâmica estudos que relacionam o impacto do salário mínimo sobre o mercado brasileiro e também sobre outros países.

É importante estudar esta relação, pois o salário mínimo é, além de tudo, referência para outros salários. Assim, medir seu impacto sobre o desemprego e para outras variáveis do mercado de trabalho auxilia o governo ao traçar a política de salário mínimo, já que um dos objetivos desta é elevar o nível de bem-estar da sociedade. Dessa forma, torna-se imprescindível conhecer os resultados das políticas salariais para saber se este objetivo será efetivamente alcançado (BARROS et al., 2001).

Para alcançar o objetivo aqui proposto, este trabalho está estruturado em duas seções. Na primeira é apresentada os modelos teóricos que relacionam salário e nível de emprego. São eles, Modelos Estruturalista Marxista, Modelo Competitivo e Modelos Não competitivos de mercado de trabalho. Na segunda seção, são mostradas evidências empíricas que apontam os resultados que vem sendo encontrados nos estudos realizados para o Brasil e também para outros países do mundo sobre o tema aqui abordado. Segue-se as considerações finais do mesmo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Um dos modelos considerados nesse trabalho é o chamado Estruturalista Marxista cuja atenção está voltada ao papel do salário mínimo sobre os outros salários, não se preocupando em tratar o impacto dessa variável sobre o nível de emprego. Nesse modelo há a afirmação de que a taxa de salário é determinada no núcleo capitalista e depende do processo de acumulação de capital. Argumenta, ainda, que a taxa de salários depende, também, da correlação de forças sociais na luta pela repartição do produto. O salário mínimo deve ser a remuneração mínima para suprir as necessidades do indivíduo e serve ainda como farol para outros salários, ou seja, na medida em que houver mudanças sobre o salário mínimo, os outros salários sofrerão também variações (COELHO; COURSEIL, 2002).

Modelos que abordam de forma mais direta a relação entre salário mínimo e mercado de trabalho são os de abordagem competitiva, sendo que o Modelo Básico é baseado nas seguintes hipóteses. Força de trabalho homogênea; salário homogêneo e mercado de trabalho perfeitamente competitivo. A sua formalização por se mostrada como segue:

$$\pi = R - w^*E \quad (1)$$

onde:

- π = Lucro da empresa
- R = Receita do trabalho
- E = Nível de emprego
- w^* = Salário

O lucro da empresa é dado pela diferença entre a receita e o custo de trabalho. O salário é determinado exogenamente. Pela condição de primeira ordem do lucro em relação ao custo tem-se;

$$Rmg = w^* = C \quad (2)$$

Ou seja, a firma pagará um salário igual a sua receita marginal Rmg .

O Gráfico 1 ilustra o impacto do aumento do salário mínimo no caso de um mercado de trabalho competitivo.

Na firma competitiva, a curva de receita marginal Rmg é decrescente e a curva de custo marginal é horizontal Cmg^* . O equilíbrio inicial é dado na intersecção das curvas Rmg e Cmg^* em que o salário é w^* e o nível de emprego é E^* . Supondo uma elevação do salário mínimo, a curva de custo marginal se deslocará de Cmg^* para Cmg_m . O novo ponto de equilíbrio será, então, ao nível de salário w_m e de emprego E_m . Note que neste ponto o salário é mais alto, porém o nível de emprego diminuiu. Assim, pode-se constatar que, sob hipóteses de concorrência perfeita no mercado de trabalho, aumento do salário resulta em queda do nível de emprego.

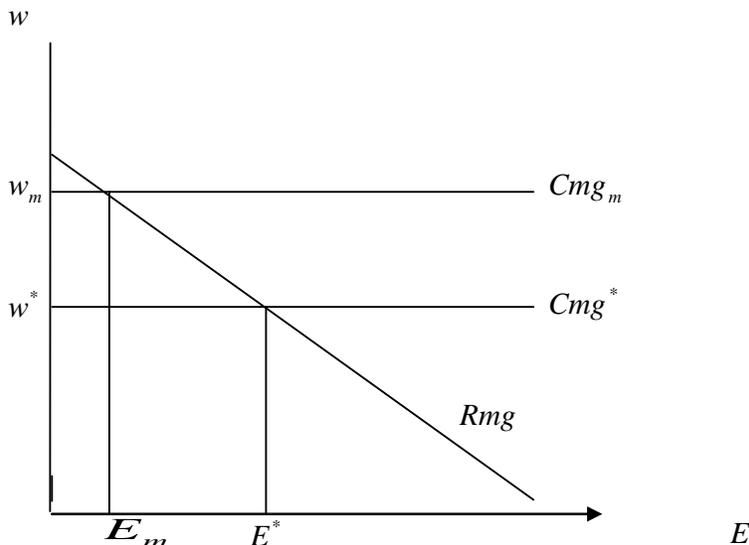


Gráfico 1. Salário mínimo em um mercado de trabalho competitivo.

É importante observar que o modelo acima apresentado é incompleto para analisar casos mais reais de aumento de salário mínimo, visto que, na prática, em todos os países existem pelos menos dois setores no mercado de trabalho: o setor coberto pela legislação e o setor não coberto, ou seja, setor formal e informal, respectivamente.

Para os neoclássicos, os resultados serão diferentes ao se incluir mais de um setor na análise. Os resultados serão diferenciados se, por exemplo, o trabalhador escolher trabalhar no setor não-coberto, caso não encontre emprego no setor coberto ou no caso de a alocação entre os dois setores ser aleatória (BROWN, 1999)¹ *apud* CORSEUIL; SERVO, 2002).

Assim, as hipóteses para este modelo podem ser resumidas da seguinte forma: Dois setores (coberto pela legislação do salário mínimo e não coberto pela legislação do salário mínimo); força de trabalho homogênea e Mercado de trabalho competitivo.

A condição de maximização deste modelo segue as mesmas apontadas anteriormente, ou seja, o lucro será maximizado no ponto em que $Cmg = Rm$

A análise de Welch (1976² *apud* CORSEUIL; SERVO, 2002) considera a hipótese de alocação aleatória entre o setor coberto e não-coberto, desconsiderando, portanto, a existência de desemprego. Os resultados obtidos apontam que se o salário mínimo aumentar, o nível de emprego deve cair, mas apenas no setor coberto. Os trabalhadores, por sua vez, saem da força de trabalho ou migram para o setor não-coberto. Caso ocorra o segundo evento, ou seja, migração entre os setores, haverá aumento do nível de emprego e queda do salário no setor não-coberto. Este modelo não admite a possibilidade de uma pessoa que está desempregada num setor coberto permanecer nele até que encontre uma nova oportunidade de trabalho.

O efeito do aumento do salário mínimo sobre o setor não coberto pela legislação é apresentado no gráfico 2.

¹ BROWN, C. Minimum wage, employment, and the distribution of income. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. *Handbook of Labor Economics*, v. 3, cap. 32, 1999.

² WELCH, F. Minimum wage legislation in the United States. In: ASHENFELTER, O., BLUM, J. (eds.). *Evaluating the labor market effects of social programs*. Princeton: Princeton University Press, N. J., USA, 1976.

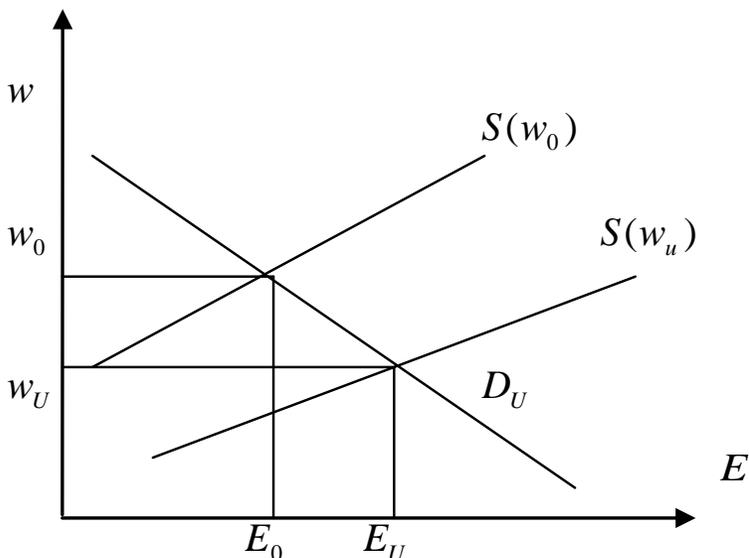


Gráfico 2. Efeito do aumento do salário mínimo em um setor não-coberto.

Um aumento do salário mínimo reduzirá o emprego no setor coberto pela legislação, ou seja, a mudança do salário afetará diretamente este setor. Por outro lado, o aumento do salário possuirá um efeito indireto (gráfico 2) sobre o setor não coberto pela legislação. Neste haverá aumento do nível de emprego, já que haverá distribuição do emprego entre os dois setores. Welch (1976, *apud* CORSEUIL, 2002) argumenta que, quando o trabalho do setor coberto é distribuído aleatoriamente (isto é, cada trabalhador tem a mesma probabilidade de ser contratado), o aumento do salário mínimo fará com que parte da força de trabalho se desloque para o setor não-coberto, aumentando, assim, a oferta de trabalho. Este fato é mostrado pelo deslocamento da curva $S(w_0)$ para $S(w_u)$ onde uma maior oferta de trabalho reduzirá o salário no setor não coberto, w_0 para w_U . Salários menores fazem aumentar a demanda por trabalho que, como conseqüência, eleva o nível de emprego de E_0 para E_U .

Gramlich (1976) estimou aumento do salário mínimo sobre o nível de emprego nos casos em que os trabalhadores do setor coberto decidam permanecer desempregados no setor coberto. Neste caso, o aumento do salário mínimo deve reduzir o nível total de emprego³. O mesmo resultado foi encontrado para os casos em que os trabalhadores optem por sair da força de trabalho. Entretanto, se o trabalhador demitido do setor coberto for para o setor não-coberto, esta mudança possivelmente compensará a queda do emprego do setor coberto, não havendo, portanto, nenhum impacto sobre o nível total de emprego.

Ainda no contexto competitivo há também o modelo que considera a força de trabalho heterogênea, que têm como hipóteses: Mercado de trabalho competitivo; diferentes habilidades entre os trabalhadores e diferentes salários entre os grupos de trabalhadores.

Nesse modelo, o aumento do salário mínimo afetará mais os trabalhadores menos qualificados, cuja produtividade é menor. Uma elevação do salário mínimo aumentará o custo dos trabalhadores menos qualificados, o que provocará a substituição do fator trabalho por fatores de produção alternativos como, por exemplo, o capital, ou aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados. Por sua vez, esta substituição resultará em menor nível de emprego.

³ Nível total de emprego é definido aqui como a soma do nível de emprego dos setores cobertos e não-cobertos.

Assim, de forma resumida é possível mostrar com esses modelos apontam uma relação inversa entre o salário e o nível de emprego. Entretanto, os modelos teóricos de mercado de trabalho que foram apresentados até agora tinham como pressuposto básico o fato da empresa ser tomadora de preços nestes mercados, ou seja, a firma não tinha poder de determinar o salário do trabalhador.

Mas a fim de tornar mais próximo da realidade, há também modelos em que esta hipótese é relaxada. Dessa forma, é importante apresentar modelos que tratam do efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego sob hipóteses, em que elas (as firmas) possuem algum poder de determinar o salário do trabalhador. São basicamente dois modelos que abordam este contexto, o Monopsonista Tradicional e o de Competição Monopsonista.

O Modelo tradicional é baseado nas seguintes hipóteses: Um único comprador de um determinado bem em um determinado mercado; a firma é a única demandante no mercado (Dessa forma, ela pode determinar o preço do bem ou serviço); Força de trabalho homogênea e Mercado de trabalho monopsonista.

Neste modelo, o empregador tem poder de mercado e pode assim fixar o salário. Como nos casos anteriores, para maximizar os lucros, a firma emprega trabalho no montante onde a receita marginal de uma unidade extra de trabalho é igual ao custo marginal. Porém, para obter uma unidade extra de trabalho, o monopsonista deve aumentar o nível salarial. Portanto, ele contrata menos trabalhadores e paga salários menores comparado com uma empresa que opera em mercado perfeitamente competitivo.

Quando o salário mínimo está fixado em um nível entre o salário que maximiza os lucros da empresa monopsonista e o nível de salário competitivo, empregador contratará trabalhadores no montante igual a oferta de trabalho, porque o salário é ainda menor que a receita marginal desses trabalhadores. Neste caso, fixando o salário mínimo acima do nível de salário monopsonista, a taxa de emprego aumentará (HINNOSAAR, 2003). Assim, o lucro nesse modelo pode ser formalizado da seguinte maneira:

$$\pi = P \cdot Q - W \cdot L \quad (3)$$

Maximizando:

$$R = W \cdot L \quad (4)$$

em que

$$R = W \cdot L \left(1 - \frac{1}{\varepsilon} \right) \quad (5)$$

Onde ε é a elasticidade da oferta de trabalho.

O efeito de um aumento do salário mínimo em um Mercado Monopsonista é apresentado no gráfico 3.

Se não houver restrições, um monopsonista está escolhendo um nível ótimo de produção em um ponto onde o custo de trabalho excede o preço de oferta. O trabalho empregado está no nível (E_0) com preço (w_0), onde o custo marginal e o produto marginal do trabalho são iguais. Quando o salário mínimo for fixado no ponto (w_m), o emprego aumentará para o nível (E_m). Se o salário mínimo for para o nível competitivo (w_1), haverá um aumento no emprego para o nível competitivo (E_1). Um novo aumento do salário mínimo levaria a uma redução relativa no nível de emprego, porém o emprego será maior que o nível de monopsonia de livre mercado, contanto que o salário mínimo seja fixado abaixo de (w_2).

Quanto o salário mínimo pode ser aumentado no mercado monopsonista antes do emprego começar a diminuir depende da elasticidade da oferta de trabalho. Quanto maior a elasticidade da oferta de trabalho, menor este aumento pode ser.

Card e Kruger (1994) abordam o Modelo de Competição Monopsonista, eles consideram que, independentemente da sua fração de mercado, as firmas utilizam o salário como um instrumento para

umentar sua taxa de recrutamento e, também, como forma de reduzir a rotatividade da sua mão-de-obra. Nesse modelo as empresas não possuem informações completas, como ocorre no Modelo Monopsonista Tradicional, ao contrário, neste é incorporada a idéia de que há imperfeições no mercado que fazem com que as empresas ofereçam maiores salários para atrair mais trabalhadores e também para mantê-los por mais tempo. Os resultados encontrados dependem da magnitude da elevação do salário mínimo. Considerando que as empresas possuem estoque de vagas, uma pequena elevação do salário mínimo elevará o nível de emprego. Assim, “isto se explica pelo fato de que o aumento do número de aplicantes decorrente da elevação do salário oferecido pela firma mais que compensará a expansão dos custos associada ao pagamento de maiores salários aos seus trabalhadores existentes” (FOGUEL, 1997, p. 74).

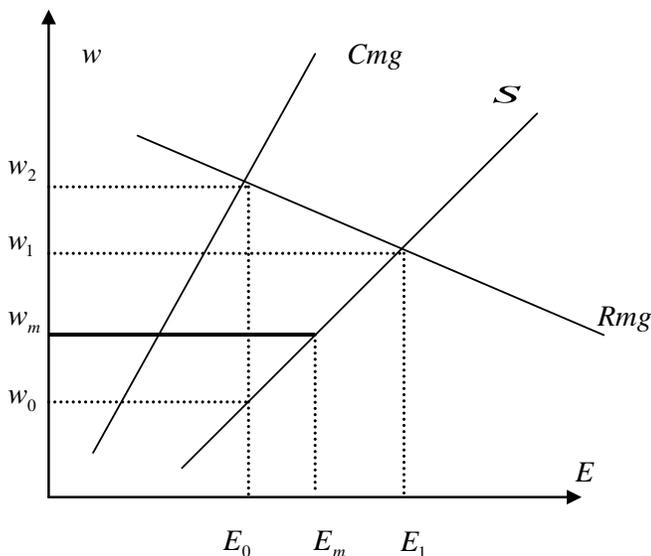


Gráfico 3. Efeito do aumento do salário mínimo em um mercado monopsonista.

Já no caso de uma elevação grande no valor do salário mínimo, a firma reduzirá o nível de emprego para que a receita do produto marginal seja igual ao custo marginal da empresa. Dessa forma, para este modelo, o nível de emprego somente aumentará quando a elevação do salário mínimo for pequena.

Rebtizer e Taylor (1995) também trabalharam com o Modelo de Monopsonista para explicar os efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, porém suas análises foram baseadas no salário eficiência. A idéia exposta nesse modelo é a de que, caso os trabalhadores tenham poder para determinar o nível de esforço despendido no trabalho e as empresas combinarem prêmios salariais e monitoramento para incentivar o trabalhador, os efeitos do salário mínimo sobre o nível de emprego poderão ser positivos.

Com base nos modelos abordados, é então possível constatar que, dependendo das hipóteses apresentadas no modelo que se pretende demonstrar, pode-se encontrar tantos efeitos positivos quanto negativos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho, especificamente sobre o nível de emprego. A abordagem empírica sobre esta relação é apresentada a seguir.

3 EVIDENCIAS EMPIRICAS

Os estudos que avaliam o impacto do salário mínimo sobre o desemprego têm tido uma maior atenção em outros países, principalmente nos Estados Unidos. O objetivo desta seção é traçar um breve panorama de alguns desses estudos que vêm sendo realizados no mundo e em seguida mostrar também alguns que vêm sendo realizados no Brasil.

Card (1992) procurou avaliar se o aumento do salário mínimo provocaria uma redução no nível de emprego. Para tal, utilizou-se de um experimento natural, que foi um aumento salário mínimo estatal em julho de 1988, na Califórnia, que elevou o salário mínimo de US\$ 3,35 para US\$ 4,25 por hora. Através do método de *diferenças em diferenças*, comparou os resultados entre o grupo que tivera alterações no salário, denominado grupo de tratamento (neste caso a Califórnia) e o grupo que permaneceu recebendo o salário mínimo federal, o grupo de controle (neste caso, Arizona, Flórida, Geórgia, Novo México, Dallas e Texas). A comparação foi feita para diversos grupos de idade, etnia e educação, principalmente entre adolescentes e empregados do comércio. Os dados foram obtidos da CPS (*Current Population Survey*).

Os resultados apontaram não haver declínio no emprego de adolescentes. Ao contrário, durante o período analisado o emprego aumentou em 4,1%. Também não houve perda relativa de trabalho no comércio e no varejo. A conclusão do trabalho é que os resultados contrariam as previsões dos modelos competitivos que alegam uma relação inversa entre aumento do salário e nível de emprego.

Card (1992) utilizou-se dos dados da CPS (*Current Population Survey*) e mostrou que a imposição de uma medida de salário mínimo nacional possibilita um “*experimento natural*” que permite estimar o impacto do aumento do salário mínimo sobre o nível de emprego. O autor, então, explorou o fato para analisar o efeito do aumento do salário mínimo federal em abril de 1990, no salário dos adolescentes, no nível de emprego para adolescentes e na quantidade de matrícula escolar. A hipótese convencional seria a de que aumento do salário mínimo federal aumentaria o salário dos adolescentes, reduziria o nível de emprego para adolescentes e, assim, aumentaria a quantidade de ingresso escolar. Os resultados encontrados confirmaram a primeira expectativa, isto é, houve aumento do salário para os adolescentes, porém não se encontrou evidência de perdas correspondentes de emprego entre adolescentes ou mudanças no nível de matrícula escolar.

Por sua vez, Card e Kruger (1994) estimaram a relação entre emprego e salário mínimo fazendo um estudo de caso para a indústria de *fast-food* em Nova Jersey (NJ) e Pensilvânia (PA). O estudo se baseou num experimento-natural, a saber: o aumento do salário mínimo apenas em Nova Jersey, que em 1º de abril de 1992 passou de US\$ 4,25 para US\$ 5,05 por hora, enquanto na Pensilvânia não houve aumento. Como base de dados, foi feita uma pesquisa em 410 restaurantes de *fast-food* nos dois estados. A seguir, foi comparado o crescimento do emprego junto às lojas de Nova Jersey e na Pensilvânia (onde o salário esteve constante), antes e depois do aumento. Com base nessas informações, seria possível de acordo com os autores, estimar o efeito principal do salário mínimo sobre este mercado de trabalho específico.

O resultado apontou que, contrariamente, à predição central dos modelos tradicionais do salário mínimo, não foi verificada evidência de que um aumento do salário mínimo em Nova Jersey reduzisse o emprego em restaurantes de *fast-food* no estado. O autor concluiu até que o aumento do salário mínimo aumentou o emprego. Foram apontadas no trabalho várias alternativas para provar a robustez da conclusão e nenhuma delas mostrou efeito negativo no emprego. Os autores ainda compararam os resultados para a referida indústria, comparando mudanças na taxa de desemprego de adolescentes em Nova Jersey, Pensilvânia e Nova York no ano seguinte após o aumento do salário mínimo e novamente os resultados apontaram um aumento relativo no emprego de trabalhadores de baixo salário em Nova Jersey.

Quanto aos preços, observou-se que os dos *fast-food* da Nova Jersey em relação à Pensilvânia aumentaram, sugerindo que o aumento do salário mínimo teria sido repassado aos consumidores. Porém não foi encontrada evidência de que o aumento dos preços foi maior nas lojas que foram mais afetadas pelo aumento do salário mínimo.

Newmark e Wascher (1992) também procuraram medir o efeito do salário mínimo no mercado de trabalho dos Estados Unidos. Para tal, utilizaram-se, como metodologia, dados em painéis, tendo como base dados da CPS (*Current Population Survey*), para os anos de 1973 a 1989. Suas estimativas indicaram que um aumento de 10% no salário mínimo reduziu o emprego para adolescentes em 1% a 2% e para os adultos, em 1,5% a 2%. Estes resultados foram similares aos encontrados quando os autores utilizaram como metodologia os estudos de série temporal.

Com o objetivo de testar os resultados encontrados por Card e Krueger (1994), Newmark e Wascher (2000) realizaram uma nova estimativa para verificar o impacto do aumento do salário mínimo

sobre o nível de emprego. Os autores encontraram evidências de que os dados de emprego coletado por Card e Krueger (1994) possuíam grande variação durante o período pesquisado, sugerindo haver uma medida de erro na pesquisa, o que seria o motivo para reavaliar este experimento usando dados alternativos. Dessa forma, eles utilizaram os dados da folha de pagamento para realizar as estimativas. O argumento para esta mudança na base de dados foi que a folha de pagamento estava descrita em número de horas trabalhadas e não em número de empregados, como ocorre no caso de Card e Krueger (1994), o que causou uma maior variação nos dados. Os resultados encontrados apontaram uma conclusão oposta à encontrada por Card e Krueger (1994), ou seja, o aumento do salário mínimo reduziu a taxa de emprego.

Ainda nesse contexto, Baker et al. (1999) estimaram os efeitos da Legislação do salário mínimo no Canadá, no período de 1975 a 1993. A metodologia utilizada neste trabalho foi o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários. As principais variáveis utilizadas para estimar o modelo foram: o salário mínimo e a taxa de desemprego para diversas faixas etárias. Entre os resultados encontrados, constatou-se que, para os trabalhadores mais atingidos pelo salário mínimo, ou seja, adolescentes na faixa dos 15 aos 19 anos, um aumento de 10% no salário mínimo reduziu o nível emprego desses trabalhadores em aproximadamente 2,5%.

Bell (1997) estimou o efeito do salário mínimo no mercado de trabalho no México e na Colômbia nos anos 80. A metodologia utilizada para este trabalho foi a de dados de painel. Os dados foram coletados do setor formal e empresas industriais. A autora calculou o impacto do salário mínimo na demanda por trabalho qualificado e menos qualificado nos dois países. Os resultados encontrados apontaram diferenças importantes na resposta da mudança do salário mínimo sobre o emprego nos dois países. Na Colômbia, onde há um maior índice de pessoas que recebem o salário mínimo, foi constatado um impacto negativo e significativo sobre o nível de emprego. No México, não foi encontrado impacto sobre o nível de emprego, pois há neste país um menor número de trabalhadores que recebem salário mínimo.

A introdução do salário mínimo no Reino Unido possibilitou a Stewart (2002) utilizar o fato como um quase experimento, para avaliar o impacto da introdução do salário mínimo sobre o nível de emprego. A expectativa inicial era de que houvesse um declínio no emprego nas áreas de baixo salário, já que nestas o salário teria que subir para se equiparar ao salário mínimo. O impacto foi calculado comparando grupos de baixo salário e alto salário, e o método de estimação utilizado foi o *diferenças em diferenças*. O resultado obtido foi que o crescimento do emprego após a introdução do salário mínimo não foi significativo nas áreas do país com alta proporção de trabalhadores que recebiam baixos salários. Assim, o autor encontrou resultado condizente com a visão de que a introdução do salário mínimo não possui efeito adverso com o nível de emprego.

Leigh (2003) também estimou o efeito do aumento do salário mínimo no emprego para o oeste australiano. Para tal, utilizou-se de um experimento natural que foi o aumento do salário estatutário ocorrido nos anos de 1994, 1995, 1996, 1998, 2000 e 2001 na região oeste australiana e comparou os resultados obtidos antes e após cada aumento, em relação ao que ele denominou “Resto da Austrália”. O método utilizado em seu trabalho foi o *diferenças em diferenças*. Dentre os resultados encontrados, verificou-se que em todos os casos o emprego para a população do oeste australiano caiu mais do que no “Resto da Austrália”. Em 1998, a queda foi significativa a 10% e em 2001, a 1%. Para os outros anos, a *diferenças-em-diferenças* não foi estatisticamente significativa. Quando combinado aos aumentos da elasticidade da demanda por trabalho em relação ao oeste australiano, o valor encontrado foi - 0,13, ou seja, um aumento do salário mínimo reduziu o nível de emprego. Entretanto, o autor ressaltou que apenas “parte da história” está sendo considerada. Os formuladores de política devem verificar outros impactos que o aumento do salário mínimo pode causar como, por exemplo, sobre os salários mais elevados.

O aspecto analisado neste trabalho foi também estudado por Pereira (2003). A autora analisou o impacto do salário mínimo no emprego jovem em Portugal em relação às demais idades que não tiveram aumento. Para tal, ela se utilizou do aumento do salário em 49,3% ocorrido em 1º de janeiro de 1987, no salário dos trabalhadores entre 18 e 19 anos. Este choque foi usado como um experimento natural para avaliar o impacto da mudança do salário mínimo no nível emprego dos jovens. O método foi, então, comparar, baseado em microdados das firmas, o crescimento do emprego dos trabalhadores

com 18 e 19 anos, com o emprego dos trabalhadores mais velhos - 20 e 25 anos e 30 e 35 anos. Os dados foram coletados pelo departamento de estatística do Ministério de Qualificação e Emprego.

Para este caso constatou-se que o aumento do salário mínimo reduziu significativamente o emprego para trabalhadores entre 18 e 19 anos, porém aumentou o emprego para os trabalhadores com idade entre 20 e 25 anos. Verificou-se também um efeito substituição entre estas classes de idade. A justificativa dada pela autora foi a de que, ao aumentar o salário mínimo, as empresas portuguesas mudaram a estrutura etária de sua mão-de-obra, favorecendo, assim, a contratação de trabalhadores mais experientes e qualificados. Seus resultados mostraram ainda que a substituição entre trabalhadores de 18 e 19 anos e de 30 e 35 anos foi insignificante. A razão disso é que as características em termos individuais e de trabalho são muito diferentes entre os trabalhadores das duas faixas etárias. Outro resultado encontrado foi que o salário dos trabalhadores entre 18 e 19 anos subiu aproximadamente 7% a mais que dos trabalhadores mais velhos, e seu nível de emprego caiu com uma elasticidade entre -0,2 e -0,4 em relação aos mais velhos.

Alatas e Cameron (2003) estimaram o impacto do salário mínimo sobre o desemprego na Indonésia, utilizando-se dos censos coletados do *Labor Force Survey* para as empresas de pequeno, médio e grande porte, entre o período de 1990 a 1996. De acordo com os autores, a Indonésia é um local ideal para este tipo de estudo por ser um país de renda extremamente baixa, com um setor industrial grande, que emprega baixa tecnologia e paga baixo salário. A comparação foi feita entre as regiões de Botabek e Jakarta, pois entre os anos de 1990 a 1993, Jakarta possuía um nível de salário 36% mais elevado que de Botabek. Entre 1994 até 1996, houve a unificação do salário mínimo para as duas regiões. Este evento pôde ser caracterizado com um experimento natural que foi utilizado para medir o impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego, quando os salários se tornaram iguais para as duas regiões. O método utilizado para fazer tal estimativa foi o *diferenças-em-diferenças*.

Como resultado, constatou-se que um aumento do salário mínimo causou um efeito negativo maior em Botabek que em Jakarta, porém em ambas as regiões o impacto do sobre o emprego foi negativo, resultado este condizente com a predição neoclássica. Não foi encontrada nenhuma diferença sistemática na ausência de mudança de salário mínimo, ou seja, para o período nos qual o salário foi o mesmo para ambas as regiões. Examinando as estimativas para a qual o salário mínimo diferiu para as duas regiões, não foi encontrado nenhum impacto significativo sobre o nível de emprego das grandes empresas, das empresas domésticas ou estrangeiras.

Resultado estatisticamente significativo foi encontrado apenas para as pequenas empresas domésticas no período de 1991-1996 e 1992-1996, no nível de 10 e 5%. Como conclusão, verificou-se que não há evidência de que o aumento do salário mínimo tenha provocado queda no nível de emprego no setor formal. As estimativas iniciais para pequenas empresas mostraram um impacto negativo para alguns anos. Entretanto, este efeito desapareceu quando um grupo de controle alternativo foi utilizado. Constatou-se, ainda, que o aumento do salário mínimo não provocou maior fechamento de firmas, nem uma maior abertura.

Urdinola (2002) procurou medir o impacto de mudanças na política de salário mínimo na desigualdade de salários na Colômbia. Para tal, utilizou-se de um modelo semiparamétrico e dados do período de 1978 a 1999. Os resultados apontaram que as distribuições dos salários foram fortemente influenciadas pela política de salário mínimo. Elas contribuíram para aumentar a desigualdade na distribuição de salário do setor formal. Os efeitos negativos da política de salário mínimo causaram aumento na desigualdade de salário. Como limitação do trabalho, o autor apontou o fato de ser considerado na estimação apenas o efeito do salário mínimo na distribuição de salário, ao invés de considerar a distribuição de renda.

Resumidamente, pode-se constatar que são ambíguos os resultados encontrados na literatura estrangeira quando se procura medir o impacto do salário mínimo sobre o nível de emprego.

Nos trabalhos de Stewart (2002) e Bell (1997), encontrou-se uma relação nula entre as variáveis. Relação inversa entre salário mínimo e emprego foi estimada por Neumark (1992), Baker (1999), Leigh (2003) e Pereira (2003). Já nos trabalhos de Card (1992), Card e Kruger (1994), encontrou-se um efeito positivo do salário mínimo e emprego, principalmente entre os adolescentes.

Quando a análise passa a ser feita para o Brasil, há ainda poucos estudos que analisam o impacto do salário mínimo sobre o mercado de trabalho. Estes estudos têm se concentrado especialmente em medir

o impacto sobre os outros níveis de salário, pobreza e a distribuição de renda. Há, ainda, uma menor quantidade de estudos que procuram relacionar o salário mínimo e o nível de emprego ou desemprego.

Apesar disso, nos últimos anos o assunto vem ganhando destaque nas pesquisas. Foguel (1997) usou o método de *diferenças em diferenças* para estimar os efeitos do salário mínimo sobre uma variedade de indicadores do desempenho de mercado de trabalho brasileiro, tais como: a taxa de atividade, a taxa de desemprego, entre outros. Os dados foram coletados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise foi feita para as seis principais regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O autor utilizou como experimento natural a unificação do salário mínimo entre as Regiões Metropolitanas Brasileiras. Assim, analisou a evolução do salário mínimo para estas entre maio de 1982 até abril de 1987. Definiu, ainda, dois períodos de tempo, o pré-convergência (maio/82 a abr./84) e a pós-convergência (maio/85 a abr./87). A idéia, portanto, foi usar o fenômeno da unificação do salário mínimo para inferir os efeitos deste no mercado de trabalho.

Os principais resultados obtidos de aumento do salário mínimo foram: aumento na taxa de desemprego aberto, principalmente para os trabalhadores que possuíam trabalho anterior; aumento da participação de trabalhadores com carteira assinada no total de ocupados; uma redução na taxa de atividade do mercado de trabalho, estando esta associada a uma queda na proporção de ocupados e a elevações tanto na proporção de desocupados quanto de inativos; queda na participação dos ocupados na indústria e no comércio, com aumento na participação dos setores serviços e de outras atividades. Entretanto, para o autor, os resultados do trabalho não permitiram concluir sobre o impacto final do salário mínimo sobre o mercado de trabalho.

Lemos (2003) analisou também o efeito do salário mínimo sobre o nível de emprego no Brasil, enfatizando a necessidade de realizarem-se estudos empíricos para países em desenvolvimento, pois este é um meio de comparar a robustez dos resultados obtidos internacionalmente. Para a autora, o Brasil possui características importantes que tornam ainda mais relevantes o estudo do salário mínimo. São elas: a informalidade, a grande quantidade de trabalhadores que recebem salário mínimo e ainda a grande ligação existente entre aposentadoria, pensões e salário mínimo. Assim, utilizando-se da técnica de dados em painéis com dados obtidos em nível regional nos anos de 1982 e 2000, a autora estimou a relação existente entre salário mínimo e emprego. Os resultados encontrados mostraram que há um efeito adverso, porém pequeno, sobre o nível de emprego.

Com o objetivo de quantificar o impacto do salário mínimo sobre o emprego e salários, Courseuil e Carneiro (2001) utilizaram-se de dados longitudinais e agregados de série temporal para realizarem as estimativas. O período analisado foi entre os anos de 1982 e 1999, e o método utilizado foi o *diferenças em diferenças*.

Os resultados mostraram que o salário mínimo exerce influência positiva sobre a distribuição de salários, ou seja, uma elevação no nível do salário mínimo faz com que os outros salários também aumentem, porém este efeito sobre a distribuição de salários se dá em torno de valores inferiores a dois salários mínimos, apontando, assim, um *efeito spillover*, bem limitado. Além disso, encontrou-se uma relação negativa entre variações no salário mínimo e nível de emprego e também uma relação negativa entre variações no salário mínimo e grau de formalidade.

Através da utilização de dados agregados mensais de séries temporais, para o setor formal e informal entre 1982 a 1999, Carneiro (2000) também estimou o efeito do salário mínimo sobre o emprego no Brasil com base em um modelo de barganha que explica como o salário mínimo interage com o sistema de relação trabalhista. Os resultados do trabalho mostraram que há impacto negativo e robusto da mudança do salário mínimo sobre o nível de emprego formal no curto e no longo prazo e há um impacto positivo sobre o setor informal, isto é, aumento no salário mínimo tende a aumentar a informalidade no Brasil. A conclusão do autor é de que a política de salário mínimo do governo possui impacto sobre o nível de emprego no Brasil, sendo ele negativo para o nível de emprego formal e positivo para o setor informal.

Lucas (2005) realizou estudo sobre o impacto do salário mínimo sobre a taxa de desemprego no Brasil, para o período dos anos 2000 a 2005. Como instrumento de análise foi também utilizado o método denominado "*diferenças-em-diferenças*", com base nos dados disponíveis na Pesquisa Mensal

de Emprego, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da definição de dois “Grupos de Tratamento”, construídos com dados disponíveis para a região metropolitana do Rio de Janeiro e do Rio Grande de Sul e um “Grupo de Controle”, composto pelas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador, Recife e São Paulo, foi então estimado o impacto do salário mínimo sobre o desemprego. Em geral, verificou-se que o salário mínimo não estava causando naquele momento nenhum impacto sobre a taxa de desemprego, com exceção nas mudanças salariais ocorridas no Rio de Janeiro, em janeiro de 2002 e janeiro de 2004, quando se constatou que um aumento do salário mínimo aumentou a taxa de desemprego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar que o estudo do salário mínimo tem sido um tema de grande destaque dentro dos estudos econômicos. O seu impacto sobre diversas variáveis da economia, tais como distribuição de renda, pobreza e taxa de desemprego vem sendo constantemente medido.

Entretanto, nos últimos anos o impacto do salário mínimo sobre a taxa de desemprego tem sido alvo de grandes controvérsias e sua mensuração tem se tornado um desafio para muitos estudiosos. Nos países desenvolvidos, pesquisas empíricas vêm sendo realizadas, com base nos chamados *experimentos naturais*, a fim de verificar se a visão tradicional de que o aumento do salário mínimo reduz a taxa de desemprego é verdadeira.

Porém, nos países em desenvolvimento, o tema não tem sido muito estudado. O Brasil, em particular, possui poucos trabalhos sobre o assunto, apesar da sua relevância para efeitos de políticas públicas. Devido a essa relevância e com o intuito de dar subsídios a esta discussão e este trabalho procurou ainda que forma resumida, apresentar os modelos teóricos que explicam a relação entre salário mínimo e desemprego bem como apresentar estudos empíricos que vem testado essa relação.

Como síntese dos resultados aqui apresentados, podemos constatar que os trabalhos realizados para o Brasil apontam na maioria para uma relação inversa entre salário mínimo e nível de emprego. A importância fundamental desse trabalho foi a de contribuir com as discussões sobre o tema abordado, ressaltando a importância de se continuar pesquisando os canais de transmissão da política do salário mínimo sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

ABSTRACT

Considering the importance that the minimum wages has on the labor market, the article presents a literature review about the major theories that address the issue minimum wages and unemployment. The models presented are Structuralist Marxist, Competitive Model with homogenous work force and two-sector model with competitive workforce that is heterogeneous and non-competitive models. Given the circumstances of each of these models is observed that the minimum wages increase will have different impacts on the labor market. The article also presents empirical studies that address the issue. Based on national and international research, it is observed that in some cases increasing the minimum wages has a negative impact on the unemployment rate, but not always the case, and then there is room for discussion of the various theories presented.

Keywords: Labor Market, Unemployment, Minimum Wage.

REFERÊNCIAS

- ALATAS, V.; CAMERON, L. The impact of minimum wages on employment in a low income country: an evaluation using the difference-in-differences approach. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 2985, mar. 2003.
- BAKER, M.; BENJAMIN, D.; STANGER, S. The highs and lows of the minimum wage effect. A time-series cross-section of the study of the canadian law. **Journal of Labor Economics**, n. 17, abr. 1999.
- BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; CURY, S. Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos do equilíbrio geral. **Texto para discussão**, n. 779, fev. 2001.
- BELL, L. A. The impact of minimum wages in Mexico and Colômbia. **Journal of Labor Economics**, n. 15, S102-S135, 1997.

CANONICE, B. C. F. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2005.

CANONICE, B. C. F. **Metodologia do trabalho científico em sala de aula: normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação**. 1. ed. Maringá: [s.n.], 2006.

CARD, D. Do minimum wages reduce employment? A case study of California, 1987-89. **Industrial & Labor Relation Review**, p. 38, out. 1992.

_____. Using regional variation in wages to measure the effects of the federal minimum wage. **Industrial & Labor Relation Review**, p. 22, out. 1992.

CARD, D.; KRUEGER, A. B. Minimum wages and employment a case study of the fast-food of the fast-food industry in New Jersey and Pennsylvania. **American Economic Review**, p. 772-793, set. 1994.

CARNEIRO, F. G. Time series evidence on the employment effect of minimum wage in Brazil. **Texto para discussão**. Brasília: Universa, ano 3, n. 18, 2000.

COELHO, A. M.; CORSEUIL, C. H.. Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama. **Texto para discussão**, n. 898. IPEA. 2002.

COURSEIL, C. H.; CARNEIRO, F. G. Os impactos do salário mínimo sobre emprego e salários no Brasil: evidências a partir de dados longitudinais e séries temporais. **Texto para discussão**, n. 849. IPEA. 2001.

CORSEUIL C. H.; SERVO L. M. Salário mínimo e bem-estar social no Brasil: uma resenhada literatura. **Texto para discussão**, n. 880. IPEA. 2002.

FOGUEL, M. N. **Uma análise dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil**. 1997. X f. Dissertação (Mestrado Economia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GRAMLICH, E. Impact of the minimum wages on other wages, employment and family incomes. **Brooking Paper on Economics Activity**, v. 7, p. 409-151, 1976.

HINNOSAAR, M.; RÕÕN. T. The impact of minimum wage on the labour market in estonia: An Empirical Analysis. **Eesti Pank**, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**. 2000 a 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2005.

LEIGH, A. Employment effects of minimum wages: Evidence from a quase-experiment. **The Australian Economic Review**, v. 36, n. 04, p. 361-373, 2003.

LEMONS, S. Political variables as instruments for the minimum wage. **Discussion Papers in Economics**, University College London, mar. 2003.

LUCAS, K.S. O impacto do salário mínimo sobre o desemprego no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

_____. The effects of the minimum wage in the formal and informal sectors in Brazil. **University of Leicester and Iza Bonn**, maio 2004.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **A evolução do salário mínimo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> Acesso em: 05 maio 2005.

NEUMARK, D.; WASCHER, W. Employment effects of minimum and subminimum wages: Panel data on state minimum wage laws. **Industrial & Labor Relation Review**, 46,1, ABI/Inform Global, out. 1992.

_____. Minimum wages and employment: a case study of the fast-food industry in New Jersey and Pennsylvania: Comment. **American Economic Review**, dez. 2000.

PEREIRA, Sonia, C. **The impact of minimum wage on youth employment in Portugal**. Economic Department, University College London. **European Economic Review**, p. 229-244, 2003.

POCHMAN, M. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. **Seminário “Salário mínimo e Desenvolvimento”**. Campinas: UNICAMP, abr. 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. **Manual para apresentações de monografias, dissertações e teses**. BRASÍLIA, 2004.

REBTZER, J.; TAYLOR, L. The consequences of minimum wage laws: Some new theoretical ideas. **Journal of Public Economics**, v. 56, p. 245-255, 1995.

SABOIA, J. Salário mínimo e mercado de trabalho no Brasil no passado recente. **Seminário “Salário mínimo e Desenvolvimento”**. Campinas: UNICAMP, abr. 2005.

STEWART, M. B. Estimating the impact of the minimum wage using geographical wage variation. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, 64, Supplement, 2002.

URDINOLA, D. F. A. Employment effects of the minimum wage can affect wage inequality: The case of Colombia. **Unpublished Paper**, ago. 2002.

